

Leilão para a conversão da

Jornal de Brasília

dívida será em março

O primeiro leilão de conversão de parcelas da dívida externa em investimentos deverá ocorrer na última semana de março na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), dependendo apenas de regulamentação conjunta do Banco Central, com o mercado sobre o procedimento das corretoras de todo o País, únicas que poderão fazer ofertas em nome dos investidores. O montante da dívida vencida (em poder do BC) que poderá ser convertida está em torno de 25 bilhões de dólares, e o limite para este ano pode ficar em 1,5 bilhão de dólares, sendo que para o primeiro leilão o teto pode ficar acima de 150 milhões de dólares.

Essa estimativa, entretanto, é dos presidentes das Bolsas do Rio, Sérgio Barcellos e de São Paulo (Bovespa), Eduardo da Rocha Azevedo, após reunião ontem, junto com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Arnoldo Wald, com o diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas. Freitas, porém, não confirmou esses tetos, que serão fixados pelo BC, argumentando que dependerão de análise do orçamento fiscal do Governo, para não significar excesso de emissão de moedas.

Os representantes do mercado de capitais declararam-se satisfeitos com a reunião, apontando um avanço nas conversações sobre os leilões para conversão da dívida: o BC desistiu de adotar a pré-qualificação para os leilões, isto é, a obrigatoriedade de apresentação prévia de projetos pelos investidores. Assim, qualquer corretora pode participar dos leilões em nome dos investidores, tendo que apresentar o projeto apenas se vencer o leilão. Segundo o diretor do BC, a exclusão dessa exigência dará maior agilidade e competitividade aos leilões, "sem risco de conluio e

críticas de favorecimento por parte do Banco Central".

Estabilidade

"Saímos fora do sistema cartorial", disse o presidente da Bovespa, onde ocorrerá o segundo leilão, elogiando a medida. Para Rocha Azevedo, há perspectiva agora de estabilidade das bolsas, que após o anúncio da regulamentação da conversão da dívida já recuperaram em 50% o valor patrimonial das ações. Informou ainda que o deságio da dívida brasileira está em torno de 48% no mercado externo.

O diretor do BC informou que, após o carnaval, deverão sair as regras para conversão de parcelas da dívida brasileira a vencer. No caso dos leilões, válido somente para a dívida vencida até 31 de dezembro de 1987, somente os fundos de conversão — que já têm um montante de pedidos de 500 milhões de dólares aprovados pela CVM e outros 320 milhões de dólares à espera de aprovação podem transformar esses créditos diretamente em ações de empresas brasileiras. Mas o leilão comportará também a conversão em projetos de investimentos no Nordeste e no restante do País.

De acordo com o diretor, o procedimento para participação nos leilões deverá ser o seguinte: as corretoras se habilitam nas Bolsas de Valores; dão lances, durante o leilão, em nome dos clientes. Se ganha o leilão — e o critério será o de quem oferecer maior deságio ou desconto para ganho do Governo brasileiro — recebe um certificado da Bolsa e tem prazo de cinco dias para se habilitar junto ao BC, onde indicará os investidores externos que apresenta, e suas respectivas contas. O credor recebe apenas o valor do BC líquido em cruzados e o Governo se apropria do deságio como ganho de capital. Essas regras serão divulgadas ainda este mês, pelo BC, segundo informou o diretor da Área Externa.